

AS ELITES POLÍTICAS BRASILEIRAS

Aluno: Ricardo Luciano de Sousa
Orientador: Eduardo de Vasconcellos Raposo

Introdução

As instituições públicas nacionais possuem duas dimensões distintas: são burocracias condicionadas pelo ambiente histórico em que foram formadas, mas também são instituições que abrigam titulares cujas características são o resultado de conflitos e escolhas políticas. A presente pesquisa, portanto, pretende observar essas instituições considerando as dimensões abordadas. A segunda dimensão, ou seja, os titulares dessas instituições, serão estudados a partir das suas formações profissionais, das suas origens – partidárias, federativas, geracionais, institucionais – e ainda das suas relações com a iniciativa privada, com as corporações da sociedade civil e com o Estado, compreendido nos três poderes da República (Executivo, Legislativo e Judiciário).

Dessa forma, o presente trabalho tem como fio condutor uma abordagem histórica e sociológica das instituições nacionais, no que se refere às suas origens e características particulares. Segue também na preocupação de, no contexto das diferentes crises, políticas e econômicas, tanto nacionais quanto internacionais, abordar as características dos ocupantes dos seus principais postos, os conflitos e crises que enfrentaram, suas transformações e novos formatos que adquiriram nesses contextos.

[Assim, faz parte das preocupações que orientam a referida pesquisa: o estudo das origens históricas e das características sociológicas mais perenes das instituições públicas nacionais, as características dos atores que ocuparam seus principais postos, os conflitos e crises que as atingiram, a dinâmica que motiva suas transformações e os formatos que assumiram nos diferentes contextos de conflitos e crises políticas e econômicas nacionais e internacionais.]

Com as análises das instituições públicas nacionais a partir dessas duas vertentes e das sucessivas crises que transformam e atualizam seus perfis e atribuições, pretendemos contribuir para a construção de uma leitura compreensiva da formação nacional do país.

Neste trabalho queremos chamar atenção para o papel protagonista que estas instituições exercem nos regimes políticos dos seus países. Isto porque estas instituições têm a capacidade de interferir em temas que tocam diretamente a vida do cidadão comum, assumindo funções básicas para a regulação da ordem pública, repartindo entre os diversos grupos bens necessários e escassos e, por isso mesmo, objetos de disputa entre os atores políticos. Neste sentido, podemos considerar estas instituições como atores importantes do cenário político nacional, pois exercem poder tanto político quanto econômico, participando da distribuição das chances de ganho econômico e de aquisição de identidades políticas.

Objetivos

Pesquisa de vocação teórica, histórica e empírica, tem como objetivos primordiais responder questões como:

1. Qual a importância de se estudar as elites políticas em um país como o Brasil?
2. Que elites políticas estudar?
3. Quem são os membros da Elite Política?

4. Quais são as características dessa Elite Política?
5. Qual sua origem política e partidária?
6. Qual sua origem profissional?
7. Sua origem institucional?
8. Seu destino institucional?
9. Que atores dessas elites foram ligados a iniciativa privada e que significado isso tem?
10. Que atores dessas elites tiveram participação parlamentar e que significado isso tem?
11. Qual sua formação escola e/ou universitária?
12. Qual sua origem federativa e geracional? (data e local de nascimento)
13. Quais os níveis de circulação dessas elites? (instabilidade institucional)
14. A que estruturas estatais pertencem os diferentes membros dessas elites?
15. Quais as características dessas elites nos diferentes períodos desenvolvimentistas e estabilizadores: nos regimes democráticos e autoritários: no mundo do nacional desenvolvimentismo e da globalização?

Metodologia

A formação das Instituições Públicas Brasileiras aprofunda reflexão iniciada na investigação anterior sobre a formação híbrida das instituições públicas nacionais. Esta pesquisa é de natureza teórica e histórica e seu esforço de concentra na leitura e discussões de textos, na coleta e organização de dados e informações políticas, econômicas e institucionais e na preparação de texto sobre nossa formação social e institucional.

Considerações

Plano de fundo para essa investigação é a compreensão do Estado brasileiro como um Estado formado a partir de condições paradoxais, devido às diferentes influências que recebeu. De um lado, a modernidade vinda dos países europeus, com os exemplos de revoluções burguesas. Por outro lado, sua origem ibérica, isto é, uma cultura de controle político da população e do território.

Como já indicado, a presente investigação parte do pressuposto que a formação do Estado brasileiro foi condicionada por tradições paradoxais originadas tanto de seu contato com a modernidade advinda de países onde ocorrem as revoluções burguesas e os cismas protestantes como, também, de suas origens ibéricas onde o controle político de sua população e de seu território foi a principal base da construção de seus estados nacionais.

No período posterior aos anos 30, o Estado brasileiro demonstrou oscilação entre essas duas influências recebidas na sua formação. Por um momento, apresenta-se uma atitude modernizante, com a adoção de políticas universais em defesa do interesse público. Em outro momento, prevalecem políticas que servem como moeda de troca em barganhas corporativas e políticas.

[No Brasil moderno, posterior a 1930, as tensões produzidas por essas duas tradições que planejaram diferentes destinos para suas instituições públicas, as fizeram oscilar permanentemente ora em direção à produção de políticas universais de interesse verdadeiramente público - como democracia política, desenvolvimento econômico e justiça social - ora servindo de moeda de troca em barganhas corporativas e negociações políticas o que, freqüentemente, as levaram à crises como nossa história bem testemunham.]

Dessa forma, identificamos a instabilidade e o corporativismo presentes nas instituições públicas brasileiras como o reflexo desse hibridismo da nossa formação enquanto Estado. Nossos

principais pensadores, preocupados com este paradoxo original, ocuparam-se em discutir os dilemas da nossa história política e econômica, tais como: a relação entre público e privado, centralização *versus* descentralização, iberismo em oposição ao americanismo. A compreensão do significado desses paradoxos nos ajudam a explicar o Brasil não só de ontem, mas também o de hoje.

Discutiremos o fato do Brasil esgotar parte substancial de suas forças políticas e de seus recursos sociais na tarefa da dominação corporativa deixando, constantemente, em segundo plano a promoção de objetivos universais ligados ao desenvolvimento econômico, à justiça social e a democracia política.

O corporativismo brasileiro encontra suas raízes na cultura ibérica herdada de Portugal. Essa cultura, fruto de uma modernização precoce, com a formação do Estado português ainda no século XII, tem a característica de valorização do controle político da população e do território. Como consequência disso, Portugal manteve-se fechado não apenas às inovações que estavam ocorrendo no mundo naquele momento, mas também às forças sociais em disputa em seu interior.

O corporativismo desenvolvido no Brasil tem alguns de seus elementos oriundos de nossas raízes ibéricas. Os ibéricos, antecipando-se aos países da Europa Continental, entraram para a modernidade como frutos de uma monarquia, precocemente centralizada no século XII.

A índole ibérica se forjou no processo de constituição de Estados nacionais mantendo, sobretudo no caso de Portugal, intacta sua vocação eminentemente política, direcionada e marcada, principalmente, para o controle de sua população e de seu território. Historicamente, nenhuma outra agenda interpôs-se com sucesso a essas metas, mantendo-se o Estado português – diferentemente dos países da Europa continental ocidental – longe da influência de outras forças sociais que participariam do poder central, oferecendo-lhe outras atribuições e ampliando suas vocações.

Um autor que aborda este tema é Sérgio Buarque de Holanda, que afirma que o espírito forte e centralizador dos governos ibéricos é característico de indivíduos que rejeitam compromissos. As nações européias, por outro lado, impuseram metas aos seus Estados. Isto quer dizer que, enquanto o Estado português mantinha-se protegido contra a sociedade, os Estados europeus eram “invadidos” pela sociedade.

Sérgio Buarque de Holanda em seu precursor trabalho “Raízes do Brasil”, publicado pela primeira vez em 1936, chamou atenção para o espírito forte e centralizador dos governos ibéricos serem reações a personalidades individualistas que não toleram compromissos. “Por isso mesmo que rara e difícil, a obediência aparece, por vezes, entre os povos ibéricos, como a virtude suprema entre todas. E não é estranhável que essa obediência – obediência cega, e que difere de ideal germânico e feudal da lealdade – tenha sido até agora para eles o único princípio político verdadeiramente forte. A vontade de mandar e a disposição para cumprir ordens são-lhe igualmente peculiares. As ditaduras e o Santo Ofício constituem formas tão típicas de seu caráter como a inclinação para a anarquia e a desordem. Não existe para os povos ibéricos outra sorte de disciplina concebível, além da que se funde na excessiva centralização e na obediência, ainda que só por exceção se manifeste.”

Para o historiador português Vitorino Magalhães Godinho, no trabalho intitulado “Estrutura da antiga sociedade portuguesa”, Portugal surge como resultado de três impossibilidades que caracterizaram o seu século XIX, isto é, Portugal é o resultado de três faltas, três ausências: a industrialização falhada, a irrealizada sociedade burguesa e, uma cultura sem eficácia social. Cláudio Véliz identifica no processo ibérico de colonização o desenvolvimento do caráter centralista das instituições sociais e políticas da América Latina: 1) ausência de

experiência feudal na tradição latino-americana, 2) ausência do fenômeno de dissidência religiosa e o resultante centralismo latitudinário da religião dominante, 3) ausência de qualquer acontecimento ou circunstância o largo desses anos, compatível com a revolução industrial européia, e 4) ausência de aspectos da evolução social e política associados à Revolução Francesa.

Dessa forma, concluímos que este iberismo herdado faz com que grande parte da energia das instituições brasileira seja desviado para outro foco. A tarefa de dominação assume o primeiro plano. O Brasil encontra dificuldades em priorizar projetos voltados para uma modernização das instituições. Não que se trate de um destino inexorável, mas o fato é que a América latina convive com a modernidade de maneira contraditória e peculiar, constituindo sua identidade em meio a tradições paradoxais.

Bibliografia:

- 1 – Holanda, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Livraria José Olympio, Editora. Rio de Janeiro, 1936.
- 2 – Vianna, Oliveira. **Populações Meridionais do Brasil**. Belo Horizonte/Niterói: Itatiaia/Uff. 7ª Edição, 1987
- 3 – Vianna, Oliveira. **Instituições Políticas Brasileiras**. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1949.
- 4 – Duarte, Nestor. **A Ordem Privada e a Organização Política Nacional**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2ª Edição, 1996.
- 5 – Gentil, Alcides. **As Idéias de Alberto Torres**. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1932.
- 6 – Godinho, Vitorino Magalhães. **Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa**. 2ª Edição. Lisboa: Editora Arcádia, 1975.
- 7 – BASTOS, Aureliano Candido Tavares. **Os males do presente e as esperanças do futuro: (estudos brasileiros)**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1939.
- 8 – Véliz, Cláudio. **La tradición Centralista da América Latina**. Barcelona: Editorial Ariel, 1984.